



Directivas

da

Conferência África 2020

Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional em África até 2020

Priorizando Acções, Capacitando Actores, Facilitando Parcerias

Kampala, Uganda • 1-3 de Abril de 2004

Introdução

A África pode finalmente estar na posição de fazer progressos reais no alcance da segurança alimentar e nutricional. Apesar de o número de Africanos desnutridos ter estado a crescer durante décadas e agora situar-se em cerca de 200 milhões, emergiu um novo comprometimento para a mudança tanto no seio dos líderes Africanos como da comunidade internacional. Para ajudar a determinar como criar acções que possam garantir uma segurança alimentar e nutricional, a Iniciativa Visão 2020 do Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI) facilitou uma conferência organizada e dirigida por Africanos, em Kampala, Uganda, de 1 a 3 de Abril de 2004. A conferência “Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional em África até 2020: Priorizando Acções, Capacitando Actores, e Facilitando Parcerias” reuniu mais de 500 actores, tradicionais e novos, e entidades e organismos interessados representando perspectivas e experiências de todos os principais sectores do continente Africano.

Esta declaração sobre as directivas da Conferência África 2020 foi desenvolvida pelo Comité Consultivo da Conferência (CAC), composto por cerca de 35 distintos decisores de política Africanos, líderes da sociedade civil, investigadores, bem como representantes das instituições co-patrocinadoras (a lista dos membros do CAC é apresentada no fim deste documento). O projecto desta declaração foi partilhado pelos membros do CAC e participantes à Conferência África 2020, e foi depois finalizado por um sub-comité do CAC.

Esta declaração não foi concebida como um manual de instruções imutáveis, mas como um conjunto de directivas, ou plataforma, indicando o caminho a seguir em direcção à garantia da segurança alimentar e nutricional em África. As vossas reacções a este documento podem ser dirigidas para a Senhora Rajul Pandya-Lorch (r.pandya-lorch@cgiar.org), directora da conferência e chefe da Iniciativa Visão 2020. A nossa esperança é que isto contribua para esforços de indivíduos e instituições para garantir uma vida saudável e produtiva para todos os Africanos.

John Joseph Otim

Presidente, Comité Consultivo da Conferência
Conselheiro Presidencial Sénior de Sexa. Presidente
Museveni da República do Uganda
Presidente, Conselho de Agricultura do Uganda

Joachim von Braun

Director Geral, Instituto Internacional de Pesquisa em
Políticas Alimentares (IFPRI)





Directivas

da

Conferência África 2020

SUMÁRIO

- *A segurança alimentar e nutricional em África deve ser alcançada por se tratar de um direito humano, e um imperativo tanto moral quanto sócio-económico.*
- *A questão da segurança alimentar e nutricional está a receber actualmente uma atenção e cometimento renovados, e tem sido cada vez mais reconhecido que a meta só pode ser alcançada se houver uma mudança positiva de atitude, um aumento do investimento, e uma gestão prudente de recursos.*
- *A Conferência África 2020 é parte de um processo de consultas de mais longo-prazo sobre acções reais visando a segurança alimentar e nutricional em África. Os passos a seguir devem centrar-se na acção de implementação e no desenvolvimento de um processo de aprendizagem e mudança. Orientações específicas da mudança devem ser desenvolvidas aos níveis regional e nacional, utilizando, sempre que apropriado, estratégias já existentes, e facilitadas por processos organizacionais. Desta forma, estas directivas não podem ser vistas apenas como mais uma declaração ou mais um plano de investimento.*
- *As acções mais prioritárias são (1) o aumento da produtividade agrícola; (2) a promoção de um crescimento a favor dos pobres através da melhoria do seu acesso aos mercados, melhores infra-estruturas, e uma maior competitividade comercial; (3) a criação de capacidade institucional e humana; (4) o melhoramento das condições de nutrição e de saúde, dando a devida atenção ao HIV/AIDS; e (5) o fortalecimento da governação. Todas estas acções requerem recursos adicionais, mas os benefícios da segurança alimentar e nutricional têm um peso e valor maiores que os recursos necessários.*
- *Capacitar actores requiere que se reconheça e se respeite a sua diversidade. Isto implica que se deve: criar janelas de oportunidade para que eles possam exercer a sua influência; melhorar a sua capacidade de influenciar e implementar acções; e dar-lhes maior poder através do maior acesso à informação e análises.*
- *Os direitos de todos os interessados em alcançar a segurança alimentar, especialmente as próprias pessoas que padecem de insegurança alimentar, devem ser respeitados, protegidos, facilitados, e satisfeitos. Não se pode esperar um progresso sustentável sem que sejam criados os mecanismos para gerar incentivos melhorados para uma boa governação e responsabilidade de todos os actores.*
- *É necessária e promissora uma partilha de responsabilidades através de uma sólida parceria para alcançar segurança alimentar e nutricional. Neste contexto, os governos Africanos, o sector privado, as organizações de produtores, organizações da sociedade civil, assim como as instituições tradicionais, devem comprometer-se a uma boa governação, a uma política de desenvolvimento a favor dos pobres, e a promoção de boas práticas. Os países desenvolvidos, por sua vez, devem comprometer-se a facilitar o acesso aos seus mercados, à expansão acelerada da transferência conhecimentos e tecnologias, e à uma maior assistência financeira. A facilitação de parcerias requiere um consenso mútuo sobre contratos claros e metas alcançáveis que se podem fazer cumprir e que possam ser monitoradas.*
- *Um sólido processo de tomada de decisões e a implementação de acções necessárias só é possível com capacitação, uma boa governação, e instituições fortalecidas. A implementação deve focalizar-se numa forte capacidade de governação, nas organizações de produtores agrícolas, nos incentivos para que os sectores de negócios se envolvam na agricultura e indústria alimentar, associações de consumidores, nos órgãos de comunicação de massas, e em sistemas de saúde que sirvam as necessidades dos pobres. Como parte da boa governação, os conflitos que ainda permanecem no continente Africano devem ser rapidamente resolvidos se se pretende alcançar a segurança alimentar e nutricional.*

Directivas

da

Conferência África 2020

ANTECEDENTES

1. A questão da segurança alimentar e nutricional em África está a ganhar uma renovada atenção e cometimento. Isto deve-se, em grande medida, às novas iniciativas políticas que estão a ganhar o momentum no continente. A Conferência África 2020 teve lugar entre dois eventos chaves no continente: a Cimeira da União Africana sobre Agricultura e Água em Fevereiro de 2004, e a Cimeira da União Africana a realizar-se em Julho de 2004 que vai centrar as suas atenções na meta de diminuição para metade do número de pessoas que estão a viver em situação de fome no continente. Por ter permitido a junção de actores chave, tradicionais e novos, bem como outras entidades interessadas de todo o continente, a conferência África 2020 ofereceu uma oportunidade única para focalizar as atenções na priorização de acções, no fortalecimento de actores e na facilitação de parcerias e, deste modo, discutir aspectos sobre as limitações de implementação.
2. A Conferência África 2020 faz parte de um processo de consultas de mais longo-prazo sobre acções reais visando a segurança alimentar e nutricional em África. O encontro reuniu os vários actores com o objectivo de reforçar e consolidar a implementação destas estratégias. As directivas da conferência não devem ser apenas mais uma declaração, mas sim, concentrar-se numa acção de implementação e desenvolvimento de um processo de mudança e de acção efectiva.

PRIORIZAR ACÇÕES

1. **Objectivos:** Os objectivos centrais já estão claramente definidos e não requerem debate. Estes objectivos são (a) a *garantia da segurança alimentar* (acesso seguro a alimentação em quantidade e qualidade suficientes para uma vida saudável e produtiva para todos); e (b) a *garantia da segurança nutricional* (onde o acesso seguro à alimentação é feito num ambiente saudável, com serviços de saúde adequados, um bom conhecimento sobre os cuidados necessários para promover um melhor estatuto nutricional durante o ciclo de vida e através das gerações. A prioridade política definida para estas metas é deficiente, particularmente num mundo onde o rendimento per capita duplicou nos últimos 20 anos, enquanto a população continua a crescer. As acções que têm sido tomadas para atingir estas metas são incoerentes em muitos países e não são bem entendidas por muitos actores.
2. **Plano Cronológico:** A implementação da acção para o alcance da segurança alimentar e nutricional deverá seguir três directivas cronológicas.
 - A fome deve ser reduzida para metade até 2015 (Meta de Desenvolvimento do Milénio que significa que, até 2015, a proporção da população deficiente em calorias deve ser reduzida para metade da actual em cada país).
 - A meta não deve ser apenas a diminuição da fome para a metade mas sim a sua erradicação. Pelo menos até 2020, ninguém deve ser deficiente em calorias em África.
 - A segurança nutricional deve ser alcançada passo a passo, devendo incluir a superação, até 2015, de deficiências preventíveis de micronutrientes tais como ferro, vitamina A, e Iodo. Devem-se promover urgentemente maiores investimentos na área da saúde pública e intervenções directas de nutrição para reduzir a desnutrição materna e infantil (por exemplo, o baixo peso à nascença).

3. **Centrar as Atenções nas Pessoas e nos Seus Problemas:** As acções visando a segurança alimentar e nutricional devem ser priorizadas de acordo com o seu potencial para criar um impacto rápido e sustentável. Faz sentido priorizar primeiro as piores coisas, tais como a fome aguda relacionada com uma deficiência significativa em calorias. Para um melhor entendimento sobre a questão da segurança alimentar e nutricional, directa e indirectamente, é necessário que se reconheça os problemas das pessoas, a sua situação e o contexto em que vivem. Muitas das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional vivem nas áreas rurais, e muitas das suas limitações estão relacionadas com a agricultura. Os governos de países Africanos pobres devem ser apoiados para fazer investimentos mais estratégicos nas áreas rurais e nas suas comunidades.
4. **Definindo Estratégias e Ligando Metas aos Meios:** A agenda focalizada nas pessoas deve ligar as metas aos meios num contexto apropriado, e esse contexto deve ser também considerado no processo de formulação de orientações sólidas. A agenda deve ser aperfeiçoada usando as contribuições das camadas pobres da população, as quais requerem grande voz e influência. As estratégias devem ser elaboradas considerando estes aspectos básicos. Ajustadas para contextos e países específicos, as seis áreas prioritárias de acção são as seguintes:
 - a. Fortificar a governação e responsabilidade pública, e acabar com os conflitos. Se estas questões básicas não forem alcançadas, pouco poderá ser feito para garantir uma segurança alimentar e nutricional sustentável.
 - b. Promover o crescimento e a estabilidade macroeconómica através da facilitação do acesso livre aos mercados domésticos, inter-regionais e internacionais; uma voz e posições mais coesas dos países Africanos na Organização Mundial do Comércio (WTO); melhores investimentos nas infra-estruturas a favor dos pobres; uma gestão mais eficaz da vulnerabilidade a choques, incluindo estratégias de armazenamento e gestão de reservas alimentares ao nível dos agregados familiares, bem como aos níveis nacional e regional; e um maior investimento em infra-estruturas que ajudem a reduzir os custos de transporte e comunicação, e encorajem, desta forma, as ligações rural-urbano e inter-regionais.
 - c. Investir no aumento da produtividade agrícola, especialmente entre os pequenos produtores, para melhorar a segurança alimentar e nutricional através de uma maior disponibilidade de alimentos e um aumento dos rendimentos dos mais pobres, dentro de um contexto mais amplo de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural. A sustentabilidade da produtividade agrícola requiere uma grande atenção em relação ao ambiente e recursos naturais, especialmente os solos, água, e a biodiversidade. Deve também investir-se no processamento para adição de valor e uma maior garantia de qualidade na cadeia de oferta de produtos agrícolas.
 - d. Investir em políticas e acções específicas a favor dos pobres na área de saúde pública, em particular na prevenção, controlo, e gestão do HIV/SIDA, malária e tuberculose, para promover a segurança alimentar e nutricional e aumentar a produtividade do trabalho.
 - e. Investir na formação da capacidade humana através da educação das mulheres, raparigas e rapazes; estimular e modernizar as habilidades profissionais dos produtores agrícolas e de outros produtores rurais; e reunir condições para uma educação de maior qualidade para gerar actores e intervenientes melhor educados e informados que possam implementar acções para o melhoramento nutricional.
5. **Adequar a escala dos investimentos na segurança alimentar e nutricional aos retornos esperados:** A procura de melhoramentos marginais na segurança alimentar e nutricional ao mais baixo custo deve ser substituída pela focalização na mudança política e necessidades de investimento para alcançar os objectivos estabelecidos. A procura de soluções para os sintomas da insegurança alimentar e nutricional que custem um ou dois dólares por cada pessoa afectada não é realista. Por exemplo, o baixo peso à nascença custa às economias nacionais centenas de dólares por criança em termos de rendimentos potenciais perdidos. É importante reconhecer esses níveis de ganhos potenciais, na medida em que eles são os pilares da promoção de investimentos privados e públicos para lidar com as questões de segurança alimentar e nutricional.

6. **Estabelecer e fortalecer os esquemas de segurança social:** Esquemas de segurança social eficazes também devem ser criados para ajudar aos que de outra maneira seriam deixados para trás ou ficariam negativamente afectados por abordagens orientadas para o crescimento. Tais esquemas podem também ajudar as famílias a mobilizar recursos produtivos para gerar crescimento. Não se pode pensar numa abordagem uniforme, mas sim permitir que diferentes tipos de esquemas de segurança social surjam e se desenvolvam em diferentes contextos. O seu sucesso irá depender, em grande medida, da acção de governos e organizações não governamentais (ONGs).
7. **Apreciar a diversidade africana:** A diversidade geográfica, ecológica, social, e de contextos económicos e institucionais de África oferece tanto desafios como oportunidades. A priorização de acções para melhorar a segurança alimentar e nutricional deve, logo à partida, considerar esta diversidade. Isto pode mesmo facilitar o processo pois permite a aprendizagem a partir de dentro. Os diferentes ritmos subregionais de se alcançar a segurança alimentar e nutricional para todos, que resulta da própria diversidade, irão contribuir para o processo de priorizar acções.

FORTALECER OS ACTORES

1. **Reconhecer e respeitar os diferentes actores e os seus pontos fortes:** Actualmente, a segurança alimentar e nutricional em África tem sido influenciada tanto pelos actores tradicionais como por novos actores, incluindo responsáveis pela políticas aos níveis dos governos centrais e locais, conselheiros políticos, parlamentares, homens de negócios, líderes da sociedade civil, produtores agrícolas e associações de produtores, instituições regionais e sub-regionais, agências doadoras internacionais, órgãos de comunicação, e a comunidade de investigadores científicos. Dado que, em muitos casos, estes diferentes actores se expressam em diferentes termos na sua interacção, uma prioridade chave é a melhoria da comunicação entre eles. Embora cada um desses actores tenha necessidade de reforçar a sua capacidade, é necessário reconhecer que existem diferentes graus de necessidade e diferentes formas de o fazer em cada país, especialmente nas zonas rurais.
2. **Dotar os actores de influência:** Qualquer estratégia para a segurança alimentar e nutricional requer uma avaliação dos pontos fortes dos diferentes actores nela envolvidos. Por exemplo, um país que tenha fracas organizações de negócios, fracos governos locais, fracas organizações comunitárias, ou fracas organizações de produtores, precisará investir prioritariamente de forma agressiva nestes actores, através de formas apropriadas de organização, em vez de centrar a sua estratégia apenas na base de um governo central forte. A efectiva priorização de acções é conseguida através de interacções úteis, muitas vezes conflituosas, entre actores que têm acesso à informação e uma boa capacidade de articulação. Neste sentido, os actores envolvidos na segurança alimentar e nutricional precisam de ganhar mais influência.
3. **Facilitar a abordagem baseada nos direitos humanos:** Um elemento importante para a melhoria da segurança alimentar e nutricional é o reforço dos direitos das pessoas que se encontram numa situação de insegurança alimentar. Com as instituições do sistema legal a supervisionarem e a assegurarem os direitos dos pobres e pessoas na situação de insegurança alimentar, começa a emergir um novo grupo de actores. Em particular, encoraja-se a sociedade civil e os parlamentares a articular e facilitar a implementação da abordagem baseada nos direitos humanos para melhorar a segurança alimentar e nutricional. Encorajam-se também as instituições de âmbito nacional a monitorarem os direitos das pessoas em situação de insegurança alimentar.
4. **Criar capacidade em matéria de análise e tomada de decisões em questões alimentares e de nutrição no seio de todos os actores:** Este esforço requer um investimento acelerado na modernização da educação superior, o treinamento dos principais grupos de actores, e a capacitação dos actores de modo a identificarem, no seu dia a dia de trabalho, soluções para a insegurança alimentar e nutricional.
5. **Dar maior poder aos actores através de maior acesso à informação e análise:** No âmbito da segurança alimentar e nutricional, a informação é um factor chave para o poder ou

capacidade de acção. A informação relevante para a segurança alimentar e nutricional deve ser acessível, não só ao governo, mas especialmente à sociedade civil e órgãos de comunicação social. A informação deve incluir análises (e resultados apresentados de forma convenientemente simplificada e acessível) sobre as causas e os efeitos da insegurança alimentar e nutricional, bem como os efeitos esperados de mudanças de políticas e investimentos públicos. Como parte do processo de dotação de poder aos diferentes actores (empowerment process), deve-se enfatizar um processo contínuo de educação em matéria de segurança alimentar e nutricional. No processo de reforçar e dotar de maior poder às organizações de produtores agrícolas, deve dar-se a devida consideração àquelas viradas para as mulheres.

6. **Priorizar a questão do género:** Dado o papel importante jogado pela mulher na agricultura e desenvolvimento rural em África, e como agentes de segurança alimentar e nutrição, deve dar-se prioridade, na implementação de acções, à questão do género através da dotação de maior poder e reforço das capacidades das mulheres. As mulheres Africanas não devem ser privadas de poder exibir o seu talento empresarial.
7. **Mobilizar a ciência moderna e tecnologias relevantes para lidar com os problemas alimentares e nutricionais em África:** A fome e os problemas prevaletentes na agricultura, saúde e política devem ser lidados de forma compreensiva. Isto não é uma questão de conduzir estudos, mas sim uma questão de criar, reforçar, e ligar os sistemas de ciência e tecnologias do continente com os seus programas alimentares e de nutrição.

FACILITAR PARCERIAS

1. **Desenvolver parcerias:** De modo a acelerar a mobilização e promover a eficiente utilização de recursos tendentes a melhorar a segurança alimentar e nutricional em África, devem ser desenvolvidas parcerias entre os diferentes actores. Neste sentido, o apoio deve priorizar parcerias que ajudem a forjar sinergias entre o interesse público (tal como investimento em estradas), inovação institucional (tal como bancos rurais servindo comerciantes e produtores agrícolas), e sociedade civil (apoio/criando uma cultura de defesa de direitos humanos e mobilizando acções tendentes a promover as condições de saúde que ajudam a reduzir a desnutrição). Estas parcerias devem, todavia, ser baseadas em metas e contractos claros e devem ter bases legais. Os governos têm a responsabilidade de criar um ambiente propício para as parcerias e a sua segurança legal.
2. **Melhorar a coordenação entre os novos parceiros:** Têm surgido alguns novos actores no âmbito das parcerias, os quais necessitam de melhor coordenar o seu trabalho de modo a criar as sinergias necessárias para o sucesso. Tais actores incluem líderes do sector público (governo central e local), sector privado, sociedade civil, instituições religiosas e culturais, bem como legisladores e outros. Actualmente as parcerias entre o sector público e outros actores são fracas, o que leva a que o progresso se apresente lento.
3. **Avançando juntos:** A questão da segurança alimentar e nutricional é de natureza multi-sectorial o que implica o envolvimento de actores nacionais e internacionais, bem como agentes dos sectores público e privado. Por conseguinte, requere-se que equipas de actores trabalhem em conjunto e não separadamente. Esta necessidade aplica-se, por exemplo, na cooperação entre ministérios governamentais, e entre a comunidade de negócios e a sociedade civil nos seus esforços conjuntos tratando de assuntos relacionados com a insegurança alimentar e nutricional (tais como a deficiência em micronutrientes). São também requeridas novas parcerias, particularmente com líderes tradicionais, culturais e religiosos, para apoiar e reforçar a agenda da segurança alimentar e nutricional como uma tarefa da sociedade. Em suma, a erradicação da fome não é apenas uma questão de investimento e tecnologia.
4. **Melhorar a interação entre o parlamento e o sector privado:** A interação entre o parlamento e o sector empresarial nas jovens democracias em África ainda não está bem desenvolvida. É sabido que o sector público não pode cumprir todas as funções sozinho. Por

consequente, para que se garanta um processo legislativo sólido, é importante e essencial a interação entre o parlamento e a sociedade civil, incluindo a comunidade de negócios/empresarial, para assegurar acções efectivas tendentes a melhorar a segurança alimentar e nutricional.

ENFRENTAR CONSTRANGIMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

1. **Teste de Implementação de Estratégias:** Nenhuma estratégia de segurança alimentar e nutricional, quer a nível continental, sub-regional, nacional ou local, pode ser viável se não tem em conta uma plataforma de implementação bem desenvolvida e articulada.
2. **A responsabilidade e responsabilização** dos actores chave na questão de segurança alimentar e nutricional tem que ser claramente transmitida e compreendida. Entre alguns dos ingredientes chave para aumentar a responsabilidade e responsabilização de actores, incluem-se: tornar os governos responsáveis pelas suas acções; facilitar um ambiente competitivo; garantir uma transparência e formar capacidade em organizações da sociedade civil; expor a comunidade de pesquisa à consulta nacional e internacional para um teste de qualidade; e monitorar a qualidade de acções levadas a cabo. A implementação deste passo, baseado em indicadores sólidos e transparentes, é uma tarefa importante para a União Africana/Nova Parceria para Desenvolvimento da África (UA/NEPAD).
3. **A governação no sector alimentar e agrícola** deve ser analisada tanto ao nível macro como ao nível sectorial. Isto requer que os governos nacionais adoptem e implementem políticas que estimulem a transparência e eficiência de organizações públicas ligadas à agricultura e alimentação, bem como de operadores públicos e privados que servem a agricultura e contribuem para a segurança alimentar e nutricional. A adequação das políticas alimentares e agrícolas deve ser avaliada e refinada até ao ponto julgado necessário, e deve ser integrada no sistema de consultas proposto pela NEPAD.
4. **Os países Africanos que estão numa posição de liderança podem ajudar os outros.** Os países que revelam bons progressos no alcance da segurança alimentar e nutricional em África podem funcionar como líderes sub-regionais partilhando conhecimentos e abordagens que contribuem para o seu sucesso. Uma estratégia atractiva e sustentável, a partir do próprio continente para ajudar o próprio continente, pode ser levada a cabo pela NEPAD e a União Africana ou organismos regionais, através da identificação e apoio a esses países numa posição de liderança. Este esforço seria complementar à ajuda externa e deverá ser apoiado pela mesma. Defende-se uma focalização em resultados em termos de reduções notáveis e baixos níveis prevalentes de insegurança alimentar e nutricional.
5. **Mobilizar apoio internacional:** Há quatro áreas chaves onde a mobilização de investimento de larga-escala e apoio político requer esforços a nível do continente inteiro e da arena internacional para que se alcance o sucesso:
 - lidar com a crise do HIV/SIDA;
 - gerir as secas e outros choques que afectam a segurança alimentar;
 - investir na construção e manutenção de infra-estruturas regionais; e
 - lidar com questões trans-fronteiriças tais como doenças e pragas no gado e nas culturas, comércio, migração da força de trabalho, e gestão de recursos regionais comuns.

É imperativo que entre a África (e os seus países) e a comunidade de doadores, se estabeleça um acordo, provavelmente sob a plataforma de trabalho da UA/NEPAD. Tal acordo/pacto iria consistir no seguinte: (a) a África trabalharia no sentido de lidar com esses problemas básicos com meios existentes (incluindo a meta, decidida na Cimeira da UA em Maputo em 2003, de

alocar 10% dos orçamentos governamentais para a agricultura); e (b) a comunidade internacional, por seu turno, garantiria um “seguro” contra as calamidades naturais através da ajuda alimentar e de outras formas de ajuda, forneceria apoio para uma acção massiva tendente a reduzir o índice de infecções de HIV/SIDA, e apoiaria o sector agrícola e a implementação de investimentos de grande escala em infra-estrutura, baseados em planos bem concebidos e numa gestão financeira sólida.

6. **Estabelecer prioridades e definir a sequência para a sua implementação:** Primeiro, promover o crescimento da agricultura dos pequenos produtores para ajudar a reduzir a pobreza e a insegurança alimentar. Segundo, promover investimentos em infra-estruturas locais, nacionais, e regionais, incluindo estradas e aquelas relacionadas com o abastecimento de água potável e condições de saneamento apropriadas. Terceiro, criar e propor mudanças de política que ajudem a eliminar as barreiras ao comércio doméstico e inter-regional de produtos alimentares e agrícolas dentro de África, e a que facilitem a abertura de mercados da OECD para os produtos Africanos, especialmente aqueles de alto valor comercial. Quarto, promover investimentos relacionados com a segurança alimentar e nutricional e combiná-los com programas educacionais e de saúde combinadas, alcançando desta forma as pessoas que vivem em condições de insegurança alimentar e nutricional através de escolas, centros de saúde, hospitais, e comunidades e esquemas locais de segurança social. Cada uma destas acções deve ser implementada por diferentes grupos de actores, que podem variar de país a país. Se bem que a melhor forma de implementação pode ser apenas determinada em função do contexto de cada país, encoraja-se que as melhores práticas sejam partilhadas pelos diferentes países do continente. Os líderes da União Africana e de organismos sub-regionais e regionais jogam um papel importante neste contexto.
7. **Investir na agricultura:** O investimento agrícola necessário, tanto público como privado, é altamente diverso e baseado nas condições agro-ecológicas. Há, no entanto, pelo menos três prioridades comuns: (a) investir em sementes melhoradas e gado adequados às condições agro-ecológicas; (b) investir no desenvolvimento e utilização da água para uso na produção agrícola e promoção da saúde rural; e (c) investir em esforços conjuntos (em todo o continente) para alcançar níveis de fertilidade do solo sustentáveis.
8. **Monitorar a implementação:** Em cada país, o processo consultivo deve seguir critérios simples e transparentes para avaliar a qualidade de acções implementadas visando a melhoria da segurança alimentar e nutricional. Estas avaliações devem monitorar o progresso ou a falta de progresso no alcance da segurança alimentar e nutricional, e devem ser baseadas em indicadores claramente compreendidos, tais como os monitorados pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). As instituições nacionais dos direitos humanos devem ser encorajadas a monitorar os progressos relacionados com o alcance da segurança alimentar e nutricional nos seus países.

Em suma, os dois objectivos de segurança alimentar e nutricional em África estão intimamente relacionados e devem, por conseguinte, ser conjuntamente perseguidos. A meta de assegurar a segurança alimentar para todos os Africanos até 2020 é certamente alcançável. O objectivo mais complexo – a segurança nutricional para todos – pode não ser completamente alcançável até 2020, mas tem que ser movido para o topo da agenda. Aspectos centrais do objectivo da segurança nutricional, tais como ultrapassar as deficiências em micronutrientes (“fome oculta”) e reduzir a desnutrição infantil, devem e podem ser alcançados até 2020. Os caminhos a seguir para assegurar o fim da fome em África estão claramente traçados. Se os actores forem capacitados e caminharem juntos para a frente em novas parcerias, então o objectivo pode ser alcançado nesta geração.

Membros do Comité Consultivo

Presidente: Dr. John Joseph Otim, Conselheiro Presidencial Especial, Agriculture e Serviços Veterinários, República do Uganda, e Presidente, Conselho de Agricultura (Uganda)

Dr. Ayo Abifarin, Director, Programa de Segurança Alimentar, Visão Mundial Internacional (Gana)

Dr. Akin Adesina, Director Adjunto, Segurança Alimentar, Fundação Rockefeller (Quênia)

Dr. Mohamed Ait-Kadi, Presidente do Conselho Geral de Desenvolvimento Agrícola, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural, e Florestas (Marrocos)

Hon. Grace Akello, Membro do Parlamento e Ministro de Estado de Entandikwa (Uganda)

Prof. Achi Atsain, Professor de Economia e Econometria na Universidade de Abidjan, Costa do Marfim e Pesquisador Sênior, Centro de Pesquisas Economicas e Sociais da Costa do Marfim (CIRES) (Costa do Marfim)

Dr. Ake Barklund, Director, Unidade Regional de Gestão da Terra (RELMA) (Quênia)

Dr. Glyvyns Chinkhuntha, Director Executivo, Jardins da Liberdade (Malawi)

Dr. Josué Dioné, Director, Divisão de Desenvolvimento Sustentável, Comissão Económica para África da ONU (UNECA) (Etiópia)

Dr. Baba Dioum, Coordenador Geral, Conferência de Ministros da Agricultura da África Ocidental e Central (Senegal)

Ato Newai Gebre-ab, Conselheiro Económico Chefe do Primeiro Ministro e Director, Instituto Etiope de Pesquisa em Desenvolvimento (Etiópia)

Dr. Jochen de Haas, Chefe, Divisão de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar Global, Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento (BMZ) (Alemanha)

Embaixador Sigurd Illing, Chefe da Delegação da União Europeia (Uganda)

Sra. Isatou Jallow, Director Executivo, Agência Nacional de Nutrição (NaNA) (Gâmbia)

Dr. Monty Jones, Secretário Executivo, Fórum de Pesquisa Agrícola em África (FARA) (Gana)

Dr. Seyfu Ketema, Secretário Executivo, Associação para o Reforço da Pesquisa Agrícola na África Oriental e Central (ASARECA) (Uganda)

Hon. Wilberforce Kisamba-Mugerwa, Ministro da Agricultura, Indústria Animal, e Pescas (Uganda)

Dr. Stephan Krall, Conselheiro Sênior/Coordenador, Serviços de Aconselhamento para a Pesquisa Agrícola Orientada para o Desenvolvimento (BEAF), Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) (Alemanha)

Sra. Charlotte V. McClain, Comissário de Direitos Económicos e Sociais, Comissão dos Direitos Humanos da África do Sul (África do Sul)

Dr. Isaac Minde, Coordenador, Programa de Análise de Políticas Agrárias da África Oriental e Central (ECAPAPA) (Uganda)

Dr. Uzo Mokwunye, Director, Instituto para os Recursos Naturais em África, Universidade das Nações Unidas (Gana)

Dr. John Mugabe, Director Executivo, Comissão para a Ciência e Tecnologia, Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) (África do Sul)

Sr. Harris Mule, Director Executivo, Top Investment and Management Services Limited (TIMS) (Quênia)

Sr. James Mulwana, Director, Nice House of Plastics; Presidente do Conselho de Gestão, Standard Chartered Bank, Uganda; e Presidente, Comité Consultivo, Associação das Manufactureiras (Uganda)

Dr. Claude Nankam, Gestor do Programa de Agricultura, Visão Mundial Internacional (E.U.A.)

Sra. Bongwiwe Njobe, Director Geral, Departamento de Agricultura (África do Sul)

Dr. Kanayo F. Nwanze, Director Geral, Associação de Desenvolvimento do Arroz da África Ocidental (WARDA), (Costa do Marfim)

Prof. Ruth Oniang'o, Membro do Parlamento e Professor de Ciência Alimentar e Nutrição, Universidade de Agricultura e Tecnologia Jomo Kenyatta (Quênia)

Dr. Hans-Joachim Preuss, Secretário Geral, Deutsche Welthungerhilfe (Alemanha)

Dra. Diana Putman, Director, Divisão de Segurança Alimentar, Serviços Regionais de Desenvolvimento Económico, Agência dos E.U.A. para o Desenvolvimento Internacional (Quênia)

Dr. Marco Quinones, Director Regional para África, Associação Sasakawa África (Etiópia)

Sr. Jürgen Richter, Gestor Sênior do Projecto, Estratégias de Política Rural, Pesquisas Agrícolas Internacionais, InWEnt (Alemanha)

Dr. Mandivamba Rukuni, Director, Delegação do Programa para África, Fundação W. K. Kellogg (África do Sul)

Sr. Omar Seck, Conselheiro Técnico para a Área de Agricultura, Produção Animal, e Pescas, Presidência da República (Senegal)

Sra. Victoria Sekitoleko, Representante, Escritório Subregional para a África Oriental e Austral, Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO), (Zimbabue)

Dr. Mohamed F. Sessay, Oficial de Programas, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) (Quênia)

Dr. Tobias Takavarasha, Chefe Executivo, Rede de Pesquisa e Análise em Políticas Alimentares, Agrícolas, e de Recursos Naturais (FANRPAN) (Zimbabue)

Dr. Joachim von Braun (ex-officio), Director Geral, Instituto Internacional de Pesquisas Alimentares (IFPRI) (E.U.A.)

Sra. Rajul Pandya-Lorch (secretária), Chefe, Iniciativa Visão 2020, IFPRI (E.U.A.)

Nota: O país mencionado junto a cada membro do comité indica onde o membro está actualmente baseado.

Conferência África 2020

Agência organizadora

International Food Policy Research Institute

www.ifpri.org

País de acolhimento

Government of The Republic of Uganda

www.government.go.ug

Organizações co-patricionadoras

- **European Commission**
www.europa.eu.int/comm
- **Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement (CIRAD)**
www.cirad.fr/fr
- **Centre Technique de Coopération Agricole et Rurale (CTA)**
www.cta.int
- **Deutsche Welthungerhilfe (German Agro Action)**
www.welthungerhilfe.de
- **Development Cooperation Ireland**
www.dci.gov.ie
- **German Federal Ministry for Economic Co-operation and Development, www.bmz.de;**
with **Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), www.gtz.de;** and
Internationale Weiterbildung und Entwicklung (InWEnt), www.inwent.org
- **Ministère des Affaires étrangères, France**
www.france.diplomatie.fr
- **Regional Land Management Unit (RELMA)**
www.relma.org
- **The Rockefeller Foundation**
www.rockfound.org
- **Sasakawa Africa Association**
www.saa-tokyo.org
- **The United States Agency for International Development**
www.usaid.gov
- **World Food Programme**
www.wfp.org
- **World Vision International**
www.wvi.org



INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE

2033 K Street, NW • Washington, DC 20006-1002 USA

T +1-202-862-5600 • F +1-202-467-4439

ifpri@cgiar.org • www.ifpri.org



www.ifpri.org/2020africaconference

Como citar este documento : Comité Consultivo da Conferência África 2020. 2004. *Directivas da conferência África 2020*. Declaração preparada pelo Comité Consultivo da Conferência sobre "Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional em África até 2020: Priorizando Acções, Capacitando Actores, e Facilitando Parcerias" que teve lugar em Kampala, Uganda, de 1 a 3 de Abril de 2004. Washington, DC: IFPRI.

Os pontos de vista expressos neste documento são da inteira responsabilidade dos autores e não são necessariamente endossados pelo IFPRI ou as organizações co-patrocinadoras.

Copyright © 2004 International Food Policy Research Institute. Todos os direitos reservados. Porções deste documento deste documento podem ser reproduzidas sem a autorização expressa, mas sempre que se faça referência ao International Food Policy Research Institute. Para obter autorização para a reprodução deste documento por favor contacte ifpri-copyright@cgiar.org.